

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA	DOD Nº 85/2024
1. IDENTIFICAÇÃO DA CONTRATANTE	
<p>Razão Social: Agência de Fomento do Estado do Amazonas S.A. - AFEAM. CNPJ nº: 03.183.937/0001-38 Endereço: Avenida Constantino Nery, nº 5733, Flores, CEP 69058-795. Cidade: Manaus Estado: Amazonas</p> <p>Equipe de Planejamento da Contratação: Luana Coimbra da Rocha – Gerente GECONT. Fabian Rodrigues Costa – Coordenador GECONT. Márcia Campelo da Silva / Assessora – GEPEC Ívia Victória Monteiro Lima de Mattos – GEPEC.</p>	
2. OBJETO	
<p>2.1. Produto ou serviço a ser contratado:</p> <p>2.1.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Auditoria Independente, com emissão de relatórios específicos, compreendendo as demonstrações financeiras da AFEAM e do FMPES.</p>	
2.2. Característica do Objeto	
2.2.1. O Objeto, serviços contínuos de Auditoria Independente, é considerado comum.	
2.3. Subcontratação	
2.3.1. Não será realizada a subcontratação do objeto.	
3. JUSTIFICATIVA	
<p>3.1. A AFEAM – Agência de Fomento do Estado do Amazonas S/A é uma empresa pública, do segmento S4, classificada como instituição financeira não bancária, subordinada à fiscalização e supervisão do Banco Central do Brasil e organizada sob forma de sociedade anônima, de capital fechado.</p> <p>3.2. A contratação de Pessoa Jurídica especializada na prestação de serviços contínuos de Auditoria Independente semestral e anual, com emissão de relatórios específicos sobre as</p>	



seguintes áreas: tributária, controles internos e gerenciamento de riscos, avaliação dos instrumentos financeiros, processamento de dados, ECD, ECF e demonstrações contábeis da Agência de Fomento do Estado do Amazonas S.A – AFEAM e do Fundo de Apoio às Micro e Pequenas Empresas e ao Desenvolvimento Social do Estado do Amazonas - *FMPES*, em consonância com legislações pertinentes a Instituições Financeiras e Fundos Públicos, é imprescindível para o perfeito funcionamento da AFEAM.

3.3. A contratação do serviço contínuo de Auditoria Independente se faz necessária em razão das atividades desenvolvidas pela AFEAM como Instituição Financeira e administradora do Fundo, e do FMPES que tem a obrigatoriedade de contratar auditor independente que realize inspeções periódicas em suas atividades bem como revisão e monitoramento dos seus controles internos e checagem de suas demonstrações contábeis, em obediência à legislação vigente.

3.4. Além disso, as auditorias visam atender a Resolução CMN nº 4.910, de 27/5/2021 e a Resolução BCB nº 130, de 20/08/2021, que dispõe sobre a obrigatoriedade das demonstrações contábeis das Instituições Financeiras serem auditadas por auditores independentes registrados na Comissão de Valores Mobiliários, bem como a Lei Estadual nº 2.826, de 29/09/2003 e alterações, que dispõe que as demonstrações contábeis do FMPES devem ser auditadas por auditores independentes.

3.5. A contratação está alinhada com a política e normas administrativas da instituição, a realização da despesa dessa contratação está prevista no Planejamento Estratégico e no Plano Orçamentário da AFEAM, na conta Principal 8.1.7.63.00.000 – DESPESAS DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS.

4. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO E DO QUANTITATIVO

4.1 Especificações e quantidades:

4.1.1 O objeto será contratado conforme discriminados abaixo:

Item	Código CATSER	Descrição	Quantidade
01	680	AUDITORIA EM ÁREA CONTÁBIL - Contratação de empresa especializada para prestação de serviço contínuo de Auditoria Independente, semestral e anual, com emissão de relatórios específicos para	12 meses



		atender às necessidades da AFEAM pelo período de 12 (doze) meses.	
--	--	---	--

4.1.2 Os serviços contínuos de Auditoria Independente, semestral e anual, com emissão de relatórios específicos, deverão ser executados por empresa capacitada, experiente e especializada na atividade e que possa comprovar os requisitos constantes do Item 15 deste Termo de Referência.

4.1.3 Os serviços visam a Auditoria das demonstrações da AFEAM e do FMPES, preparadas em conformidade com a Legislação Societária Brasileira, os Princípios Fundamentais de Contabilidade, as Normas Brasileiras de Contabilidade e Auditoria em consonância com o processo de convergência às Normas Internacionais de Contabilidade, com emissão de pareceres e relatórios semestrais e anuais.

4.1.4 A prestação de serviços deverá, ainda, ser guiada de acordo com NBC TA 200 – Objetivos Gerais do Auditor independente e a Condução da Auditoria em Conformidade com as Normas de Auditoria, aprovada pela Resolução CFC nº 1.203, de 27/11/2009 do Conselho federal de Contabilidade, concomitantemente com outras Normas apresentadas pela sigla “NBC TA” – Normas Técnicas de Auditoria, assim como Resolução 4.910/2021 – BACEN.

4.1.5 Os exames deverão ser conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicadas no Brasil, compreendendo:

4.1.5.1 Planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações, o sistema contábil e de controles internos da AFEAM;

4.1.5.2 Avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da agência, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto;

4.1.5.3 Avaliação das Demonstrações Contábeis (Balanço Patrimonial), Demonstração do Resultado do Período, Demonstrativo Resultado Abrangente, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido; Verificação das contas patrimoniais, visando exatidão dos saldos consolidados e analíticos, sugerindo melhorias nos controles internos;

4.1.5.4 Avaliação do Patrimônio Líquido, constituição e destinação das Reservas (em conformidade com a Legislação Pertinente);

4.1.5.5 Verificar e sugerir melhorias nas Notas Explicativas;

4.1.5.6 Verificar a consistência, apuração e cálculo do Lucro Real e escrituração do Livro de Apuração do Lucro Real – LALUR;

4.1.5.7 Indicar os índices de solvência curto e longo prazo;



4.1.5.8 Avaliação das informações relacionadas a área trabalhista;

4.1.5.9 Elaborar parecer conclusivo nos termos da Resolução CFC nº 953 de 24/01/2003 em especial o subitem item 11.3.1.

4.1.5.10 Os planos de trabalhos e os relatórios da respectiva execução deverão ser submetidos previamente ao Comitê de Auditoria - COAUD para conhecimento.

4.1.5.11 Deverão ser emitidos relatórios específicos sobre a propriedade dos critérios de apropriação das receitas e despesas operacionais e não operacionais, com destaque especial para as receitas de crédito e de prestação de serviços

4.1.6 O serviço contínuo de Auditoria Independente, semestral e anual, com emissão de relatórios específicos a ser contratado será distribuído conforme abaixo, para efeito de composição da proposta a ser enviada pelos licitantes:

Item	Descrição detalhada dos relatórios	Qtd no exercício	Valor unitário	Valor total
1.1	Relatório de avaliação da área tributária: proceder à avaliação da área tributária, com a emissão de relatório específico semestral, contendo, pelo menos: manifestação quanto à adequação dos procedimentos para a constituição e manutenção dos ativos e passivos fiscais, correntes ou diferidos, quando houver, inclusive no que se refere às premissas utilizadas para a elaboração e revisão do estudo técnico sobre manutenção do ativo fiscais diferido (Resolução CMN nº 4.842 de 30/07/2020 e alterações); manifestação sobre constituição e recolhimento dos tributos diversos; manifestação sobre declarações a serem transmitidas à Fazenda Pública; recomendações para adoção de medidas corretivas cabíveis, quando for o caso; demais constatações encontradas, indicando inclusive fatos relevantes que forem identificados pelos testes de auditoria.	2		
1.2	Relatório de avaliação da área trabalhista: proceder à avaliação da área trabalhista, com a emissão de relatório específico semestral, contendo, pelo menos: procedimentos e controles quanto às admissões, demissões, concessão e cálculo de férias, 13º salário e de rescisões; processamento da folha de pagamento mensal	2		



	(controles para as horas extras, gratificações faltas, atestados médicos, abono de faltas, reembolsos, remuneração variável, descontos, pensões alimentícias, consignações e benefícios); provisões de férias e 13º salário; recolhimento dos impostos e contribuições (INSS, FGTS, IRRF e PIS); cumprimento das obrigações acessórias, certidões negativas de âmbito trabalhista; cumprimento das normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho; Serviços terceirizados, gestão e cumprimento das obrigações relacionadas; quando for o caso; demais constatações encontradas, indicando inclusive fatos relevantes que forem identificados pelos testes de auditoria.			
1.3	Relatório de avaliação dos controles internos e gerenciamento de risco (Resolução BCB nº 130, de 20/08/2021): proceder à avaliação da qualidade e adequação do sistema de Controles Internos e Gerenciamento de Risco, observada a natureza, complexidade e riscos das operações realizadas pela Agência: ambiente de controle, identificação e avaliação de riscos, controles, informações e comunicações, monitoramento e aperfeiçoamento, e deficiências identificadas, com indagações e análise detalhada de cada item e recomendações de melhorias e/ou adoção das medidas corretivas cabíveis, quando for o caso. É necessário avaliar a aderência a Resolução CMN 4.557/2017 e suas alterações (gerenciamento de riscos e de capital) e Resolução CMN 4.968/2021 e suas alterações (sistemas de controles internos).	2		
1.4	Avaliação dos instrumentos financeiros (Resolução CMN nº 4.966, de 24/11/2021): proceder a avaliação/revisão dos critérios adotados pela AFEAM e pelo FMPES, com a emissão de relatório específico semestral, quanto aos critérios contábeis aplicáveis aos instrumentos financeiros e avaliação do provisionamento registrado nas Demonstrações Contábeis.	2		
1.5	Avaliação dos sistemas de processamento de dados (Resolução BCB nº 130, de 20/08/2021): proceder à avaliação da qualidade e adequação dos sistemas de processamento eletrônico de dados,	2		



	observada a natureza, complexidade e riscos das operações realizadas pela Agência, com indagações e recomendações de melhorias e/ou adoção das medidas corretivas cabíveis, quando for o caso. É necessário avaliar a aderência a Resolução CMN 2 4.893/2021, que estabelece a política de segurança cibernética para instituições financeiras, bem como os princípios e boas práticas da ISO 27001 e ISO/IEC 27701, normas internacionais que definem requisitos para gestão de segurança da informação e privacidade.			
1.6	Relatório Circunstanciado AFEAM: proceder a avaliação nas Demonstrações Financeiras conforme o disposto nas normas profissionais em vigor consoante a Norma Brasileira de Contabilidade, tendo por objetivo a emissão de relatório de auditoria, incluindo opinião sobre as demonstrações financeiras; manifestar sobre possíveis soluções organizacionais e administrativas visando resolver os problemas detectados por ocasião das auditorias; conduzir a auditoria nas Demonstrações Financeiras da AFEAM, devendo esse serviço ser feito de forma simultânea e coordenada com os serviços da AFEAM, de modo a evitar transtornos no cumprimento de prazos e nos compromissos com os administradores da Agência.	2		
1.7	Relatório Circunstanciado FMPES: proceder a avaliação nas Demonstrações Financeiras conforme o disposto nas normas profissionais em vigor consoante a Norma Brasileira de Contabilidade, tendo por objetivo a emissão de relatório de auditoria, incluindo opinião sobre as demonstrações contábeis; manifestar sobre possíveis soluções organizacionais e administrativas visando resolver os problemas detectados por ocasião das auditorias; conduzir a auditoria das Demonstrações Contábeis do Fundo de Apoio às Micro e Pequenas Empresas e ao Desenvolvimento Social do Estado do Amazonas - FMPES, que a AFEAM administra, nos mesmos parâmetros de exigência da AFEAM, devendo esse serviço ser feito de forma simultânea e coordenada com os serviços da AFEAM, de modo a evitar transtornos no cumprimento de prazos e nos compromissos com os comitentes do referido Fundo.	2		



1.8	Avaliação da Escrituração Contábil Digital ECD: proceder à avaliação das informações fiscais relacionadas a Escrituração Contábil Digital ECD, com a emissão de relatório específico.	1		
1.9	Avaliação da Escrituração Contábil Fiscal ECF: proceder à avaliação das informações fiscais relacionadas a Escrituração Contábil Fiscal ECF, com a emissão de relatório específico.	1		
1.10	Relatório Parecer dos Auditores Independentes AFEAM: parecer dos auditores sobre as Demonstrações Financeiras conforme o disposto nas normas profissionais em vigor consoante a Norma Brasileira de Contabilidade.	2		
1.11	Relatório Parecer dos Auditores Independentes FMPES: parecer dos auditores sobre as Demonstrações Financeiras conforme o disposto nas normas profissionais em vigor consoante a Norma Brasileira de Contabilidade.	2		

4.1.7 Da descrição detalhada do objeto

4.1.7.1 Os serviços de Auditoria Independente deverão ser realizados em conformidade com a Resolução CMN nº 4.910, de 27/5/2021 e alterações, Resolução BCB nº 130, de 20/08/2021, Resolução CMN nº 4.966, de 25/11/2021, Lei nº 6.404, de 15/12/1976 e alterações, Lei Estadual nº 2.826, de 29/09/2003 e alterações, e demais normativos dos órgãos regulamentadores que tratam do assunto, bem como suas alterações posteriores.

4.1.7.2 Das avaliações a serem executas:

4.1.7.2.1 Os serviços abrangerão, basicamente, as avaliações: tributária, trabalhista, controles internos e gerenciamento de risco, avaliação dos instrumentos financeiros, ECD e ECF, sistemas de processamento de dados e Auditoria das Demonstrações Contábeis AFEAM e FMPES, discriminados a seguir:

4.1.7.2.2 Avaliação da área tributária: proceder à avaliação da área tributária, com a emissão de relatório específico semestral, contendo, pelo menos: manifestação quanto à adequação dos procedimentos para a constituição e manutenção dos ativos e passivos fiscais, correntes ou diferidos, quando houver, inclusive no que se refere às premissas utilizadas para a elaboração e revisão do estudo técnico sobre manutenção do ativo fiscais diferido (Resolução CMN nº 4.842 de 30/07/2020 e alterações); manifestação sobre constituição e recolhimento dos tributos diversos;



manifestação sobre declarações a serem transmitidas à Fazenda Pública; recomendações para adoção de medidas corretivas cabíveis, quando for o caso; demais constatações encontradas, indicando inclusive fatos relevantes que forem identificados pelos testes de auditoria.

4.1.7.2.3 Avaliação da área trabalhista: proceder à avaliação da área trabalhista, com a emissão de relatório específico semestral, contendo, pelo menos: procedimentos e controles quanto às admissões, demissões, concessão e cálculo de férias, 13º salário e de rescisões; processamento da folha de pagamento mensal (controles para as horas extras, gratificações faltas, atestados médicos, abono de faltas, reembolsos, remuneração variável, descontos, pensões alimentícias, consignações e benefícios); provisões de férias e 13º salário; recolhimento dos impostos e contribuições (INSS, FGTS, IRRF e PIS); cumprimento das obrigações acessórias, certidões negativas de âmbito trabalhista; cumprimento das normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho; Serviços terceirizados, gestão e cumprimento das obrigações relacionadas; quando for o caso; demais constatações encontradas, indicando inclusive fatos relevantes que forem identificados pelos testes de auditoria.

4.1.7.2.4 Avaliação dos controles internos e gerenciamento de risco (Resolução BCB nº 130, de 20/08/2021): proceder à avaliação da qualidade e adequação do sistema de Controles Internos e Gerenciamento de Risco, observada a natureza, complexidade e riscos das operações realizadas pela Agência: ambiente de controle, identificação e avaliação de riscos, controles, informações e comunicações, monitoramento e aperfeiçoamento, e deficiências identificadas, com recomendações de melhorias e/ou adoção das medidas corretivas cabíveis, quando for o caso.

4.1.7.2.5 Avaliação dos instrumentos financeiros (Resolução CMN nº 4.966, de 24/11/2021): proceder a avaliação/revisão dos critérios adotados pela AFEAM e pelo FMPES, com a emissão de relatório específico semestral, quanto aos critérios contábeis aplicáveis aos instrumentos financeiros e avaliação do provisionamento registrado nas Demonstrações Contábeis.

4.1.7.2.6 Avaliação dos sistemas de processamento de dados (Resolução BCB nº 130, de 20/08/2021): proceder à avaliação da qualidade e adequação dos sistemas de processamento eletrônico de dados, observados a natureza, complexidade e riscos das operações realizadas pela Agência: ambiente de controle, identificação e avaliação de riscos, controles, informações e comunicações, monitoramento e aperfeiçoamento, e deficiências identificadas, com recomendações de melhorias e/ou adoção das medidas corretivas cabíveis, quando for o caso.

4.1.7.2.7 Auditoria das Demonstrações Contábeis AFEAM e FMPES: proceder a auditoria nas Demonstrações Contábeis semestrais conforme o disposto nas normas profissionais em vigor consoante a Norma Brasileira de Contabilidade, tendo por objetivo a emissão de relatório de auditoria, incluindo opinião sobre as demonstrações contábeis; manifestar sobre possíveis soluções organizacionais e administrativas visando resolver os problemas detectados por ocasião das auditorias; conduzir a auditoria das Demonstrações Contábeis do Fundo de Apoio às Micro e Pequenas Empresas e ao Desenvolvimento Social do Estado do Amazonas - FMPES, que a AFEAM administra, nos mesmos parâmetros de exigência da AFEAM, devendo esse serviço ser



feito de forma simultânea e coordenada com os serviços da AFEAM, de modo a evitar transtornos no cumprimento de prazos e nos compromissos com os comitentes do referido Fundo.

4.1.7.2.8 Avaliação das Escrituração Contábil Digital ECD e Escrituração Contábil Fiscal ECF: proceder à avaliação das informações fiscais relacionadas a Escrituração Contábil Digital ECD, e da Escrituração Contábil Fiscal ECF com a emissão de relatório específico.

4.1.7.2.9 A auditoria contábil será realizada nos registros por processamento eletrônico de dados e em outros meios que, mantidos pela AFEAM, devam ser examinados para os fins propostos.

4.1.7.3 Os serviços deverão ser prestados semestralmente em conformidade com as normas de auditoria de reconhecimento geral, aplicáveis à auditoria de demonstrações contábeis de companhias fechadas e de Instituições financeiras (agências de fomento) e aplicáveis a Fundo Estadual de Desenvolvimento, de acordo com a legislação em vigor, considerando: a análise de normas, registros e documentos, visando os aspectos de natureza administrativa, legal e fiscal; a avaliação do sistema contábil, de controles internos, aplicáveis para efeito de auditoria; a avaliação de testes de segurança de sistemas em computador, com especial atenção àqueles integrados ao sistema de contabilidade, com apresentação de relatórios semestrais, comprovando a eficiência, eficácia e economicidade dos sistemas.

4.1.7.4 Os trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis da AFEAM e do FMPES, inclusive dos tributos, trabalhista, controles internos, gerenciamento de risco e processamento de dados, deverão ter suas revisões semestrais, período de junho e dezembro, executadas “*in loco*”, podendo ser realizados remotamente somente as análises prévias dos Balanços, por profissionais certificados para exercer auditoria em Instituições Financeiras, de acordo com as especificações estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade.

4.1.7.5 A realização da auditoria “*in loco*” é essencial para avaliar os riscos, a complexidade das operações e as particularidades da Agência de Fomento do Estado do Amazonas. Essa abordagem permite que a equipe de trabalho, atuando diretamente em campo, realize uma análise mais detalhada e aprofundada da agência. Além disso, é o método mais eficaz para assegurar que os serviços contratados estejam sendo executados conforme o planejado, alinhando as expectativas do contrato com a entrega efetiva dos resultados.

4.1.7.6 As atividades presenciais “*in loco*” serão executadas nas dependências da AFEAM, durante o horário do expediente (8h às 17h), nas datas previamente acordadas.

4.1.7.7 Da comunicação e a condução dos trabalhos a serem executados

4.1.7.7.1 A comunicação e solicitação de documentos deverá ser realizada via e-mail;

4.1.7.7.2 Os trabalhos de auditoria nas demonstrações financeiras da AFEAM e do FMPES, inclusive nos tributos, área trabalhista, controles internos e gerenciamento de risco, processamento de dados, deverão ser executados “*in loco*”, podendo ser realizados remotamente somente as análises prévias dos Balanços, por profissionais certificados para exercer auditoria em Instituições



Financeiras, de acordo com as especificações estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade.

4.1.7.7.3 A CONTRATADA deverá disponibilizar uma área em nuvem específica ao cliente para que a CONTRATANTE possa fornecer as documentações necessárias, seguindo as diretrizes da Lei Geral de Proteção de Dados. O acesso a essa área deverá ser mediante senha pessoal e intransferível, destinada às pessoas que a CONTRATANTE definir na reunião de planejamento, através dos navegadores EDGE, CHROME OU MOZILA e protocolo seguro HTTPS pela porta 443.

4.1.7.7.4 Pelo menos um Auditor Independente que tenha participado dos trabalhos deverá estar presente na Assembleia Geral que tratar da aprovação das demonstrações contábeis para atender aos pedidos de esclarecimentos de acionistas, em cumprimento ao art. 134 da Lei nº 6.404, de 1976.

4.1.7.7.5 Os trabalhos deverão ser conduzidos em harmonia com as demais atividades da AFEAM, de modo a não causar transtornos no andamento normal de seus serviços e horários de trabalho estabelecidos pelas normas legais ou internas, nem quaisquer ônus relativos ao uso de materiais ou mão-de-obra.

4.1.7.8 Do cronograma de atividade

4.1.7.8.1 Os planos de trabalhos e os relatórios da respectiva execução deverão ser submetidos previamente ao Comitê de Auditoria – COAUD para conhecimento e indicação ou não de alterações.

4.1.7.8.2 Quaisquer ajustes no cronograma, caso necessário, deverão ser acordados entre as partes, de modo a não comprometer o envio dos relatórios de auditoria nos prazos legais.

CRONOGRAMA ESTIMADO

	ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	PRAZO (de acordo com o respectivo ano)	
			DATA BASE JUNHO	DATA BASE DEZEMBRO
1	Assinatura do contrato	AFEAM x AUDITORIA	Até 05 dias úteis, a contar do recebimento da convocação	-
2	Pré-balanço	AFEAM x AUDITORIA	Em Abril e Maio	Em Outubro e Novembro
3	Reunião Planejamento Auditoria Semestral	AFEAM x AUDITORIA	Entre os dias 30 de junho e 05 de julho)	Entre os dias 30 de janeiro e 05 de fevereiro)



4	Fechamento do balancete (AFEAM e FMPES).	AFEAM	Até 18 de julho	Até 18 de julho
5	Envio Balancete AFEAM ao BCB. (prazo conforme calendário BCB)	AFEAM	Até 18 de julho	Até 18 de janeiro
6	Fechamento Balanço (AFEAM e FMPES)	AFEAM	Até 31 de julho	Até 31 de janeiro
7	Envio Balanço AFEAM ao BCB. (prazo conforme calendário BCB)	AFEAM	Até 31 de julho	Até 31 de janeiro
8	Visita <i>in loco</i> Auditoria	AUDITORIA	De 20 de julho a 04 de agosto	De 06 de março a 17 de março
9	Entregar Minuta das Demonstrações Contábeis para Auditoria Independente (prazo conforme pedido da auditoria independente)	AFEAM	Até 08 de agosto	Até 08 de março
10	Envio Minuta Parecer Auditoria Independente e dos demais relatórios de auditoria (exceção ECD e ECF)	AUDITORIA	Até 20 de agosto	Até 20 de março
11	Reunião apresentação das Demonstrações Financeiras	AFEAM x AUDITORIA	Até 22 de agosto	Até 22 de março
12	Recebimento do Relatório (Parecer) definitivo de Auditoria Independente para publicação - AFEAM e FMPES.	AUDITORIA	Até 22 de agosto	Até 22 de março
13	Recebimento dos demais Relatórios definitivos de Auditoria Independente - AFEAM e FMPES.	AUDITORIA	Até 22 de agosto	Até 22 de março
14	Reunião AGO	AFEAM x AUDITORIA		Até 30 de abril

4.1.7.9 CONDUÇÃO DO PLANEJAMENTO DA AUDITORIA



4.1.7.9.1 Dos Relatórios:

a) Deverão ser apresentados os seguintes relatórios, em conformidade com os prazos e normas estabelecidos pelos órgãos regulamentadores e programação prévia ajustada com a AFEAM:

Item	Descrição Detalhada dos Relatórios	Quantidade
1	Relatório de avaliação da área tributária: proceder à avaliação da área tributária, com a emissão de relatório específico semestral, contendo, pelo menos: manifestação quanto à adequação dos procedimentos para a constituição e manutenção dos ativos e passivos fiscais, correntes ou diferidos, quando houver, inclusive no que se refere às premissas utilizadas para a elaboração e revisão do estudo técnico sobre manutenção do ativo fiscais diferido (Resolução CMN nº 4.842 de 30/07/2020 e alterações); manifestação sobre constituição e recolhimento dos tributos diversos; manifestação sobre declarações a serem transmitidas à Fazenda Pública; recomendações para adoção de medidas corretivas cabíveis, quando for o caso; demais constatações encontradas, indicando inclusive fatos relevantes que forem identificados pelos testes de auditoria.	2 (dois), sendo datas-bases: <ul style="list-style-type: none">• JUNHO• DEZEMBRO
2	Relatório de avaliação da área trabalhista: proceder à avaliação da área trabalhista, com a emissão de relatório específico semestral, contendo, pelo menos: procedimentos e controles quanto às admissões, demissões, concessão e cálculo de férias, 13º salário e de rescisões; processamento da folha de pagamento mensal (controles para as horas extras, gratificações faltas, atestados médicos, abono de faltas, reembolsos, remuneração variável, descontos, pensões alimentícias, consignações e benefícios); provisões de férias e 13º salário; recolhimento dos impostos e contribuições (INSS, FGTS, IRRF e PIS); cumprimento das obrigações acessórias, certidões negativas de âmbito trabalhista; cumprimento das normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho; Serviços terceirizados, gestão e cumprimento das obrigações relacionadas; quando for o caso; demais constatações encontradas, indicando inclusive fatos relevantes que forem identificados pelos testes de auditoria.	2 (dois), sendo datas-bases: <ul style="list-style-type: none">• JUNHO• DEZEMBRO
3	Relatório de avaliação dos controles internos e gerenciamento de risco (Resolução BCB nº 130, de 20/08/2021): proceder à avaliação da qualidade e adequação do sistema de Controles Internos e Gerenciamento de Risco, observada a natureza, complexidade e riscos das operações realizadas pela Agência: ambiente de controle, identificação e avaliação de riscos, controles, informações e comunicações, monitoramento e aperfeiçoamento, e deficiências identificadas, com recomendações de melhorias e/ou adoção	2 (dois), sendo datas-bases: <ul style="list-style-type: none">• JUNHO• DEZEMBRO



	das medidas corretivas cabíveis, quando for o caso.	
4	Avaliação dos instrumentos financeiros (Resolução CMN nº 4.966, de 24/11/2021): proceder a avaliação/revisão dos critérios adotados pela AFEAM e pelo FMPES, com a emissão de relatório específico semestral, quanto aos critérios contábeis aplicáveis aos instrumentos financeiros e avaliação do provisionamento registrado nas Demonstrações Contábeis.	2 (dois), sendo datas-bases: <ul style="list-style-type: none"> • JUNHO • DEZEMBRO
5	Avaliação dos sistemas de processamento de dados (Resolução BCB nº 130, de 20/08/2021): proceder à avaliação da qualidade e adequação dos sistemas de processamento eletrônico de dados, observada a natureza, complexidade e riscos das operações realizadas pela Agência: ambiente de controle, identificação e avaliação de riscos, controles, informações e comunicações, monitoramento e aperfeiçoamento, e deficiências identificadas, com recomendações de melhorias e/ou adoção das medidas corretivas cabíveis, quando for o caso.	2 (dois), sendo datas-bases: <ul style="list-style-type: none"> • JUNHO • DEZEMBRO
6	Relatório Circunstanciado AFEAM: proceder a avaliação nas Demonstrações Financeiras conforme o disposto nas normas profissionais em vigor consoante a Norma Brasileira de Contabilidade, tendo por objetivo a emissão de relatório de auditoria, incluindo opinião sobre as demonstrações financeiras; manifestar sobre possíveis soluções organizacionais e administrativas visando resolver os problemas detectados por ocasião das auditorias; conduzir a auditoria nas Demonstrações Financeiras da AFEAM, devendo esse serviço ser feito de forma simultânea e coordenada com os serviços da AFEAM, de modo a evitar transtornos no cumprimento de prazos e nos compromissos com os administradores da Agência.	2 (dois), sendo datas-bases: <ul style="list-style-type: none"> • JUNHO • DEZEMBRO
7	Relatório Circunstanciado FMPES: proceder a avaliação nas Demonstrações Financeiras conforme o disposto nas normas profissionais em vigor consoante a Norma Brasileira de Contabilidade, tendo por objetivo a emissão de relatório de auditoria, incluindo opinião sobre as demonstrações contábeis; manifestar sobre possíveis soluções organizacionais e administrativas visando resolver os problemas detectados por ocasião das auditorias; conduzir a auditoria das Demonstrações Contábeis do Fundo de Apoio às Micro e Pequenas Empresas e ao Desenvolvimento Social do Estado do Amazonas - FMPES, que a AFEAM administra, nos mesmos parâmetros de exigência da AFEAM, devendo esse serviço ser feito de forma simultânea e coordenada com os serviços da AFEAM, de modo a evitar transtornos no cumprimento de prazos e nos compromissos com os comitentes do referido Fundo.	2 (dois), sendo datas-bases: <ul style="list-style-type: none"> • JUNHO • DEZEMBRO



8	Avaliação da Escrituração Contábil Digital ECD: proceder à avaliação das informações fiscais relacionadas a Escrituração Contábil Digital ECD, com a emissão de relatório específico.	2 (dois), sendo: <ul style="list-style-type: none"> • Primeiro semestre do ano • Segundo semestre do ano
9	Avaliação da Escrituração Contábil Fiscal ECF: proceder à avaliação das informações fiscais relacionadas a Escrituração Contábil Fiscal ECF, com a emissão de relatório específico.	1 (um), sendo: <ul style="list-style-type: none"> • Exercício
10	Relatório Parecer dos Auditores Independentes AFEAM: parecer dos auditores sobre as Demonstrações Financeiras conforme o disposto nas normas profissionais em vigor consoante a Norma Brasileira de Contabilidade.	2 (dois), sendo datas-bases: <ul style="list-style-type: none"> • JUNHO • DEZEMBRO
11	Relatório Parecer dos Auditores Independentes FMPES: parecer dos auditores sobre as Demonstrações Financeiras conforme o disposto nas normas profissionais em vigor consoante a Norma Brasileira de Contabilidade.	2 (dois), sendo datas-bases: <ul style="list-style-type: none"> • JUNHO • DEZEMBRO

4.1.7.9.2 Caso haja alterações nas legislações vigentes, os serviços de auditoria independente deverão ser prestados conforme nova legislação. Caso haja novas declarações ou informações a serem enviadas no âmbito da Fazenda Pública e Banco Central os serviços serão incluídos automaticamente na avaliação.

4.1.7.9.3 Os relatórios de Auditoria deverão ser enviados em **PDF**, via e-mail, contendo os relatórios/pareceres finais devidamente assinados, que poderão ser digitalmente, acompanhados de todas as peças contábeis em versão definitiva, bem como da Certidão de Regularidade Profissional do Contador responsável pela Auditoria, extraída do sítio do Conselho Regional de Contabilidade – CRC.

4.1.7.9.4 Antes da emissão dos relatórios finais assinados, os resultados da auditoria deverão ser apresentados e as minutas enviadas para conhecimento da AFEAM. Após a análise da CONTRATANTE, os relatórios, devidamente assinados pelos responsáveis legais, deverão ser emitidos e encaminhados por e-mail, em conformidade com os prazos estabelecidos entre a AFEAM e a empresa de auditoria.

4.1.7.9.5 Durante o andamento dos trabalhos, a firma de auditoria tem o prazo de até 48 (quarenta e oito) horas para responder à AFEAM, acerca de eventuais dúvidas, questionamentos, posições e outros assuntos referente ao objeto deste Termo.

4.1.7.10 No momento da licitação, a empresa participante deverá fornecer proposta de preços de acordo com as especificações descritas na tabela abaixo:

Item	Descrição detalhada dos relatórios	Qtd	Valor	Valor
------	------------------------------------	-----	-------	-------



			semestral	anual
1.1	Relatório de avaliação da área tributária	2		
1.2	Relatório de avaliação da área trabalhista	2		
1.3	Relatório de avaliação dos controles internos e gerenciamento de risco (Resolução BCB nº 130, de 20/08/2021)	2		
1.4	Avaliação dos instrumentos financeiros (Resolução CMN nº 4.966, de 24/11/2021)	2		
1.5	Avaliação dos sistemas de processamento de dados (Resolução BCB nº 130, de 20/08/2021)	2		
1.6	Relatório Circunstanciado AFEAM	2		
1.7	Relatório Circunstanciado FMPES	2		
1.8	Avaliação da Escrituração Contábil Digital ECD	1		
1.9	Avaliação da Escrituração Contábil Fiscal ECF	1		
1.10	Relatório Parecer dos Auditores Independentes AFEAM	2		
1.11	Relatório Parecer dos Auditores Independentes FMPES	2		
4.2. Informar necessidade de visita técnica:				
4.2.1. Não há necessidade de visita técnica.				
5. FORMA DE CONTRATAÇÃO: MODALIDADE				
5.1. Modalidade de licitação:				
5.1.1. Em razão do objeto ser uma prestação de serviço comum, será adotada a modalidade Pregão Eletrônico para a seleção do prestador do serviço.				
5.2. Critério de julgamento das propostas:				



5.2.1. O critério de julgamento será o de Menor Preço Global.
5.3. Critério de adjudicação/ seleção do fornecedor
5.3.1. O critério de adjudicação será por item único.
5.4. Opção pela utilização ou não do Sistema de Registro de Preços
5.4.1. Não será utilizado o Sistema de Registro de Preços.
5.5. Permissão ou vedação quanto à participação de consórcios
5.5.1. É vedada a participação de consórcios.
5.6. Permissão ou vedação quanto à participação de cooperativas;
5.6.1. Será permitida a participação de cooperativas.
6. ACOMPANHAMENTO E RECEBIMENTO DO OBJETO
<p>6.1. Pelas características do objeto, não haverá necessidade de recebimento provisório do objeto;</p> <p>6.2. A gestão e a fiscalização do contrato consistirão na verificação da conformidade da sua correta execução e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento das obrigações pactuadas, devendo ser exercida pelo gestor do contrato designado pela CONTRATANTE, que poderá ser auxiliado pelo fiscal técnico e pelo fiscal administrativo, cabendo ao responsável legal ou preposto da CONTRATADA o acompanhamento dessas atividades;</p> <p>6.3. O recebimento definitivo do objeto se dará através da análise e aprovação dos seguintes documentos:</p> <p>I. Nota Fiscal correspondente a entrega dos relatórios de Auditoria Independente, de acordo com o cronograma.</p> <p>II. Recibo, que poderá ser substituído por comprovante de pagamento emitido pelo financeiro da AFEAM;</p> <p>III. Prova de regularidade com o INSS, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, e do FGTS, mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, ambos em validade.</p>
7. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO



7.1. Orçamento sigiloso.
8. FORMA DE PAGAMENTO
8.1. O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias úteis após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura e atesto do fiscal técnico do contrato, mediante comprovação do recebimento definitivo de cada relatório do período auditado, conforme previsto no Item 4, e que se dará mediante a apresentação dos documentos elencados no item 6.3 deste Termo.
9. REAJUSTE
<p>9.1. Os preços acordados poderão ser alterados, por reajuste, apenas depois de decorridos 12 (doze) meses, nos termos do artigo 190 e ss. do RILC AFEAM:</p> <p>a) O prazo mencionado no subitem 9.1 será contado a partir da data da proposta ou do orçamento a que ela se referir nos casos de reajuste.</p> <p>b) os preços acordados serão reajustados com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE).</p> <p>9.2. Havendo necessidade de revisão por eventos imprevisíveis, caso fortuito ou força maior, com vistas a restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, após a devida comprovação e demonstração analítica dos fatos e dos novos custos pelas partes, a mesma poderá ser feita mediante aditamento contratual, obedecidos aos procedimentos constantes do artigo 200 do RILC AFEAM.</p>
10. PRAZO DE EXECUÇÃO E DE VIGÊNCIA
10.1. O prazo de execução do serviço será o mesmo prazo de vigência contrato, de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo, até o limite de 5 (cinco) anos, de acordo com o artigo 71, da Lei nº 13.303, de 2016, desde que haja interesse da administração.
11. REGIME DE EXECUÇÃO
11.1. Os serviços serão executados sob o regime de empreitada por preço global.
12. AMOSTRAS
12.1. Não se aplica por não haver compatibilidade com o objeto.
13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
13.1. Cumprir fielmente o contrato, de modo que os serviços se realizem com qualidade e eficácia,



executando-os sob sua inteira e exclusiva responsabilidade;

13.2. Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas no curso do procedimento licitatório

13.3. Fornecer e colocar à disposição da CONTRATANTE todos os elementos e informações que se fizerem necessárias à consecução do objeto do contrato;

13.4. Guardar sigilo absoluto sobre dados e informações contidos nos arquivos, documentos ou em qualquer outro sistema de informações a que tiverem acesso;

13.5. Reparar, corrigir, no total ou em parte, o objeto deste contrato, em que se verificarem incorreções resultantes da execução;

13.6. Fornecer, por exclusiva conta e responsabilidade, todo e qualquer material e equipamento necessários à execução do objeto do contrato, nas quantidades e características técnicas adequadas à necessidade;

13.7. Reparar quaisquer danos diretamente causados à CONTRATANTE ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante, bem como por toda e qualquer alteração relativa ao regime de tributação e incidência de impostos, não cabendo à CONTRATANTE qualquer ônus ou ação judicial;

13.8. Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela CONTRATANTE, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária;

13.9. Quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução;

13.10. Realizar a prestação dos serviços técnicos de auditoria independente descritos no Item 4 e subitens, deste Termo de Referência;

13.11. Entregar os relatórios constantes neste termo, obedecendo ao prazo estabelecido pelo BACEN e pela CONTRATANTE, sem prejuízo da CONTRATADA responder perante os órgãos fiscalizadores e em juízo, sobre danos que causar a terceiros, decorrentes de matérias técnicas sob sua responsabilidade;

13.12. Cumprir rigorosamente as condições constantes neste Termo de Referência e em edital, os quais serão parte integrante do futuro contrato;

13.13. Apresentar para aprovação da AFEAM, no prazo máximo de 7 (sete) dias úteis da do início da vigência do contrato relativo a presente licitação, cronograma das atividades a serem desenvolvidas, compatível com o prazo de entrega da documentação aos órgãos regulamentadores, desdobradas em etapas mensais, trimestrais e/ou semestrais e específicas em



termos de homens/hora de trabalho, inclusive, com a carga horária total a ser utilizada em cada atividade;

13.14. Recrutar os empregados necessários à execução dos serviços objeto da licitação, em seu nome e sob sua inteira responsabilidade, sendo vedada a subempreitada, cessão ou caução a terceiros das obrigações decorrentes dessa licitação;

13.15. Manter em dia todos os direitos pecuniários de seus empregados, tais como: horas extras indenizações e outras vantagens, de forma que os trabalhos não sejam prejudicados em função de reivindicações trabalhistas;

13.16. Efetuar os pagamentos de impostos, taxas, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, além de despesas de qualquer natureza que se fizerem indispensáveis à perfeita execução dos serviços previstos no Contrato;

13.17. Dar ciência, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade verificada na execução dos serviços;

13.18. Comunicar, imediatamente e por escrito, qualquer fato que possa levar a limitação da aplicação de procedimento de auditoria determinado pelos normativos vigentes, visando à tomada de providências tempestivas pela CONTRATANTE para sanar o problema;

13.19. Manter entendimento com a CONTRATANTE, objetivando evitar interrupções ou paralisações na execução dos serviços ou nas suas atividades;

13.20. Garantir a segurança e integridade dos documentos, responsabilizando-se por possíveis extravios, sujeitando-se à fiscalização da CONTRATANTE e às penalidades legais;

13.21. Fiscalizar o perfeito cumprimento do objeto da licitação, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes da não observância deste preceito, independentemente da fiscalização exercida pela CONTRATANTE.

13.22. A substituição de qualquer profissional somente poderá ocorrer por outro de qualificação igual ou superior à do substituído, mediante prévia aprovação da CONTRATANTE e atendendo ao item 15.2 deste Termo de Referência;

13.23. A CONTRATADA deverá proceder à substituição do responsável técnico, diretor, gerente, supervisor e qualquer outro integrante, com função de gerência, da equipe envolvida nos trabalhos de auditoria, depois de emitidos pareceres relativos à, no máximo, 5 (cinco) exercícios sociais completos, respeitando o limite de retorno após decorridos 3 (três) anos contados a partir da data de sua substituição (Art. 6º da Resolução BACEN nº 4.910/2021);

13.24. Apresentar a licença ambiental ou dispensa, caso não seja obrigada pela atividade que exerce, na assinatura de contrato ou em até 6 (seis) meses após a assinatura;

13.25. As despesas com deslocamento, hospedagem, alimentação e qualquer outra inerente às atividades a serem realizadas pelos colaboradores da CONTRATADA, serão de responsabilidade



da mesma, sem reembolso pela CONTRATANTE.

13.26. NA ASSINATURA DO CONTRATO, A VENCEDORA DEVERÁ:

13.26.1. Homologada a licitação a empresa vencedora deverá comprovar no prazo de até 10 (dez) dias úteis os documentos a seguir elencados:

13.26.1.1. Relação da Equipe técnica, composta de profissionais com formação, comprovada por meio de certificado ou diploma, e experiência, comprovada por meio de registro em Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS ou outro documento hábil para que se preste a tal fim. Dentre os profissionais designados para as atividades, a CONTRATADA deverá dispor de pelo menos 1 (um) membro de cada atribuição técnica com os seguintes perfis:

I. **Responsável Técnico/Contador**: experiência de pelo menos 05 (cinco) anos em auditoria contábil de instituições financeiras, nível superior completo, sendo esse o perfil do responsável pelos relatórios que serão entregues à AFEAM, os quais deverão vir acompanhados da Certidão de Regularidade Profissional, extraída do sítio do Conselho Regional de Contabilidade – CRC (Serviço *on line* / DECORE/Certidão de Regularidade), dispor de registro no respectivo Conselho Regional de Contabilidade – CRC, registro no Cadastro Nacional de Auditores Independentes – CNAI, emitidos pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade, que comprove a aprovação no exame de certificação para atuar em auditoria de instituições reguladas pelo BACEN – Banco Central do Brasil, realizado através do CFC e do IBRACON, em atendimento ao estabelecido no artigo 19, da Resolução CMN n.º 4.910, de 27.05.2021.

II. **Coordenador/Supervisor/Gerente Técnico**: experiência de pelo menos 03 (três) anos em gerenciamento de serviços de auditoria contábil em instituições financeiras, nível superior completo, registro no Conselho Regional de Contabilidade – CRC e registro no Cadastro Nacional de Auditores Independentes – CNAI, emitidos pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade, que comprove a aprovação no exame de certificação para atuar em auditoria de instituições reguladas pelo BACEN – Banco Central do Brasil, realizado através do CFC e do IBRACON, em atendimento ao estabelecido no artigo 19, da Resolução CMN n.º 4.910, de 27.05.2021.

III. **Equipe Técnica**: Deverá ser composta de:

a) Profissionais com formação de nível superior na área de Ciências Contábeis, com experiência de pelo menos 02 (dois) anos em auditoria contábil de instituições financeiras, registro no Conselho Regional de Contabilidade – CRC e registro no Cadastro Nacional de Auditores Independentes – CNAI.

b) Pelo menos um componente com nível superior em Direito ou Ciências Contábeis, registro no conselho do órgão de classe e especialização em Auditoria fiscal tributária comprovada por meio de certificado em instituição de ensino comprovada pelo MEC, com experiência de pelo menos 02 (dois) anos em instituições financeiras.

c) Pelo menos um componente com nível superior em Direito ou Ciências Contábeis, registro no



conselho do órgão de classe e especialização na área trabalhista comprovada por meio de certificado em instituição de ensino comprovada pelo MEC, com experiência de pelo menos 02 (dois) anos em instituições financeiras.

d) Pelo menos um componente com formação em Processamento de Dados, com experiência de pelo menos 02 (dois) anos em auditoria de processamento de dados de instituições financeiras e registro no conselho do órgão de classe.

13.26.1.1. A comprovação da experiência profissional descrita acima deverá ser mediante a apresentação de atestado(s) emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, elaborado de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

a) Nome da sociedade em que foram executados os serviços de auditoria contábil, CNPJ, endereço completo e telefone de contato do declarante/atestante;

b) Período e local de execução dos serviços; e

c) Natureza do serviço executado.

d) Os atestado(s) deve(m) ser fornecido(s) por banco comercial, banco múltiplo, banco de desenvolvimento ou agência de fomento, autorizada pelo Banco Central do Brasil, que comprovem a participação do profissional em serviços de Auditoria Fiscal.

13.26.2. Será **obrigatório** apresentar além da comprovação de experiência profissional de cada integrante da equipe:

a) Diploma de formação acadêmica de nível superior em Ciências Contábeis em instituição reconhecida pelo MEC, para os profissionais da equipe descrito em I, II e III-a do item 13.26.1.1;

b) Diploma de formação acadêmica de nível superior em Direito ou Ciências Contábeis em instituição reconhecida pelo MEC, para os profissionais da equipe técnica III-b e III-c do item 13.26.1.1;

c) Diploma de formação acadêmica em Processamento de Dados ou áreas correlatas em instituição reconhecida pelo MEC, para o profissional da equipe técnica III-d do item 13.26.1.1;

d) Registro no Conselho Regional de Contabilidade – CRC e declaração de nada consta junto ao Conselho para os profissionais contadores;

e) Curriculum Vitae de todos os profissionais, devendo conter necessariamente:

e.1) Formação escolar;

e.2) Cargo ou categoria que desempenhará nos trabalhos de objeto desta licitação;

e.3) Experiência profissional, expressa em quantidade de tempo de serviço, no cargo ou categoria que desempenhará nos trabalhos objeto desta licitação;



- e.4) Tempo de experiência na empresa proponente e no cargo;
- e.5) Área de especialização, DIREITO TRIBUTÁRIO, DIREITO TRABALHISTA, Tecnologia da Informação - TI, AUDITORIA, comprovada.
- f) Certidão do Cadastro Nacional de Auditores Independentes – CNAI e Banco Central do Brasil – BACEN, conforme exigências do item 13.26.1.1., quando for o caso;
- g) As especializações devem ser comprovadas por meio da apresentação do Diploma ou Certificado de Especialização em instituição reconhecida pelo MEC, de acordo com a área de cada profissional exigido.
- h) Deverá apresentar a relação dos auditores contadores que realizarão os serviços, que atendam a NBC PA 12 – Educação Profissional Continuada e comprovem os 20 pontos de Educação Profissional Continuada por ano-calendário, conforme Deliberação do CFC nº. 14 de 15 de Abril de 2021.
- 13.26.3.** Os profissionais indicados pela CONTRATADA para fins de comprovação da capacitação técnica – profissional de que trata o item 13.25.1.1 e 13.25.2, deverão participar da prestação do serviço objeto da licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada, previamente, pela AFEAM;
- 13.26.4.** Deverá a Licitante apresentar relação indicativa da composição da equipe com a qual pretende realizar os trabalhos, apresentando, junto à proposta para fins de alocação ao contrato, “*Curriculum Vitae*” do sócio, diretor, gerente, sênior ou equivalente, o qual será o responsável técnico pelos serviços, devendo este pertencer ao quadro permanente da empresa, e ter experiência comprovada de acordo com o item 13.25 e subitens.
- 13.26.5.** Dessa forma, a equipe de auditoria deverá ser composta por, no mínimo, os seguintes componentes:

CARGO/FUNÇÃO	QUANTIDADE MÍNIMA	EXPERIÊNCIA MÍNIMA EM INST. FINANCEIRAS
Sócio/Diretor (Responsável Técnico)	1	5 anos
Coordenador/ Gerente/Supervisor	1	3 anos
Auditor Sênior (equipe técnica)	2	2 anos



Assistente de Auditoria (equipe técnica)	2	2 anos
---	---	--------

13.26.6. A licitante vencedora, apenas por ocasião da assinatura do Contrato, deverá comprovar que possui inscrição primária ou secundária no Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Amazonas, bem como de que se encontra com as suas obrigações em dia com este órgão.

14. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

14.1. Permitir à CONTRATADA executar o objeto do contrato;

14.2. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA para a boa e fiel execução do objeto do contrato;

14.3. Utilizar os serviços unicamente para os fins estabelecidos neste contrato;

14.4. Cumprir todos os compromissos financeiros firmados com a CONTRATADA, efetuando o pagamento nos prazos e condições estabelecidas em contrato, assegurando os recursos orçamentários necessários para custear o Contrato;

14.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do contrato e efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;

14.6. Nomear Fiscais Técnico e Administrativo, bem como seus substitutos do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;

14.7. Rejeitar o objeto executado em desacordo com as obrigações assumidas pela CONTRATADA, exigindo imediata correção ou substituição do objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções na execução, sob pena de aplicação das penalidades previstas em lei e no contrato, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, justificados e aceitos pela CONTRATANTE;

14.8. Comunicar à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relevante relacionada com o objeto do contrato;

14.9. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

14.10. Proporcionar os meios necessários para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços dentro das normas desta Licitação, disponibilizando a documentação e espaço físico necessário à execução dos trabalhos;

14.11. Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

14.12. Realizar as retenções legais e recolhê-las para os órgãos competentes;



14.13. Fornecer e colocar à disposição da CONTRATADA todos os elementos e informações que se fizerem necessários à execução dos serviços;

14.14. Notificar a CONTRATADA, formal e tempestivamente, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades observadas no cumprimento do contrato e na execução dos serviços, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

14.15. Não permitir a execução dos serviços em desacordo com as obrigações assumidas.

15. EXIGÊNCIAS PARA CONTRATAÇÃO

15.1. Critérios de Habilitação Jurídica

15.1.1. A documentação relativa à habilitação jurídica, conforme o caso consistirá em:

- I. Registro comercial, no caso de licitante empresa individual;
- II. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais ou cooperativas, no que se aplicar. No caso de sociedades por ações e cooperativas, deverá se fazer acompanhar da ata de eleição de seus administradores;
- III. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ato formal de designação de diretoria em exercício;
- IV. Decreto de autorização ou equivalente, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente quando a atividade assim o exigir;
- V. Nos termos do art. 28 da Lei nº 5.764, de 16/12/1971, tratando-se cooperativa, a licitante deverá apresentar Ata da Fundação e Estatuto Social em vigor, com a Ata da Assembleia que o aprovou. O Estatuto deverá comprovar a constituição obrigatória de:
 - a) Fundo de Reserva destinado a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades, constituído com 10 (dez por cento) pelo menos, das sobras líquidas do exercício, e
 - b) Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES) destinado à prestação de assistência aos associados, seus familiares e, quando previsto nos estatutos, aos empregados da cooperativa, constituído de 5% (cinco por cento), pelo menos, das sobras líquidas apuradas no exercício.
- VI. Independente da forma de constituição da empresa licitante, a mesma deverá apresentar documentação pessoal (RG e CPF) de seu(s) representante(s) legal(is):
 - a) Para representação por meio de instrumento de procuração, a Licitante deverá apresentar, além da documentação pessoal do procurador, o Instrumento Particular, com firma reconhecida, ou Público de Procuração, em validade, que deve outorgar ao representante, poderes gerais para a



prática de todos os atos inerentes ao Procedimento Similar ao Pregão Eletrônico, especialmente para formular ofertas e lances de preços, em nome do licitante representado. No caso de Instrumento particular de procuração, deverá ficar comprovado que o subscritor da procuração tem poderes para tal delegação por meio de cópia do contrato social e ou outro documento constitutivo.

15.2. Critérios de Qualificação Técnica

15.2.1. Serão solicitadas as seguintes documentações para a comprovação de qualificação técnica:

a) Comprovação de Registro de Auditor Independente – Pessoa Jurídica, na Comissão de Valores Mobiliários – CVM, nos termos da Resolução Bacen nº 4.910/2021

b) 01 (um) ou mais atestado(s) de Capacidade Técnica fornecido(s) por instituição(ões) financeira(s), públicas ou privadas, devidamente autorizada(s) a funcionar pelo BACEN, que possua(m) um patrimônio líquido igual ou superior a **R\$ 60.635.468,13** (sessenta milhões e seiscentos e trinta e cinco mil e quatrocentos e sessenta e oito reais e treze centavos), declarando que a licitante prestou de forma satisfatória serviços de auditoria das demonstrações contábeis, executando contrato por, no mínimo, 12 (doze) meses ininterruptos:

b.1) justifica-se a exigência do valor acima indicado, em razão da necessidade de o licitante comprovar que possui adequada experiência técnica prestando serviços em instituições financeiras de porte similar à AFEAM.

b.2) ademais, o valor de **R\$ 60.635.468,13** (sessenta milhões e seiscentos e trinta e cinco mil e quatrocentos e sessenta e oito reais e treze centavos) representa 50% (cinquenta por cento) do Patrimônio de Referência da AFEAM na data-base de 31/10/2024, de modo que tal exigência está em estrita consonância com a Súmula de Jurisprudência do TCU nº 263, com a Súmula nº 24 do TCE/SP e com o Acórdão TCU nº 3.104/2013 – Plenário;

c) Registro ou prova de inscrição da pessoa jurídica licitante no CRC – Conselho Regional de Contabilidade.

15.3. Critérios de Qualificação Econômico-Financeira

15.3.1. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se á:

I. Apresentação de certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo cartório distribuidor da sede do licitante.

II. Apresentação de balanço patrimonial do último exercício social e demonstrações contábeis já exigíveis na forma da lei, que comprovem boa situação financeira, sendo vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando



encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

15.3.2. A comprovação da boa situação financeira da empresa será feita por meio da apresentação de:

- a) Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
- b) Caso a licitante não atenda mínimo previsto em qualquer dos índices contábeis previstos na letra anterior, deverá comprovar capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo de a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

15.4. Regularidade Fiscal

15.4.1. A documentação relativa à regularidade fiscal consistirá em:

- I. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;
- II. Prova de regularidade com o INSS, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; e,
- III. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF).

16. CONTRATO

16.1. As cláusulas referentes à presente contratação estarão descritas na Minuta do Contrato, anexo do Edital de Pregão Eletrônico.

17. CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

17.1. Não há providências a serem adotadas pela AFEAM, uma vez que a Agência já utiliza os serviços.

18. PENALIDADES

18.1. Pelo atraso ou pela inexecução total ou parcial injustificados do objeto do contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- I. advertência;
- II. multa, na forma prevista neste Contrato; e
- III. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a



CONTRATANTE, por até 2 (dois) anos.

18.2. As sanções previstas nos incisos I e III, do item 18.1, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II.

18.3. A aplicação da sanção de advertência importa em sua comunicação à CONTRATADA, devendo ser informada no sistema cadastral correspondente ou no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, bem como ocorrer o seu registro junto aos documentos contratuais.

18.3.1. A reincidência da sanção de advertência, poderá ensejar a aplicação da penalidade de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a AFEAM e/ou a aplicação de multa no valor de até 5% (cinco por cento) do valor do contrato, sem prejuízo da rescisão contratual.

18.4. A sanção de multa será aplicada na execução do contrato, quando a CONTRATADA cometer alguma das infrações constantes da “Tabela 1 - Grau de infrações”, respeitada a dosimetria atribuída a sua respectiva gravidade, assim como os percentuais de multa dos graus de infração, por tempo de incidência ou ocorrência, constantes na “Tabela 2 - Valor das Infrações por Grau”;

Tabela 1: Grau das Infrações

ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	GRAU
01	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais	04
02	Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, a entrega dos produtos e/ou serviços contratuais	03
03	Manter empregado sem qualificação para executar os serviços contratados	03
04	Deixar de zelar pelas instalações da AFEAM utilizadas	03
05	Utilizar as dependências da AFEAM para fins diversos do objeto do contrato	03
06	Retirar das dependências da AFEAM qualquer equipamento ou material que não seja de sua propriedade ou que esteja previsto em contrato, sem autorização prévia do gestor/fiscal do contrato	03
07	Ausência de documentação legal durante a prestação dos serviços	03
08	Não entregar os equipamentos, produtos e/ou prestar os serviços contratados na data avençada	03
09	Não cumprimento dos prazos acordados de entrega dos relatórios	03
10	Deixar à administração sem resposta depois de decorrido no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após o envio de dúvida ou solicitação de esclarecimento	03
11	Reincidir em qualquer das infrações cometidas, após notificação da CONTRATANTE, por item e por ocorrência	03



12	Denúncia grave (com prejuízos financeiros) de falha no atendimento	03
13	Falha ou ausência de parte da entrega do objeto	03
14	Cobranças indevidas	03
15	Deixar de cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta Tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela CONTRATANTE	02
16	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização	02
17	Deixar de cumprir determinação formal ou instrução complementar da AFEAM	02
18	Deixar de atender às demandas e solicitações do AFEAM nos prazos e horários estabelecidos em Comunicados, no Edital e seus Anexos	02
19	Denúncia branda (sem prejuízos financeiros) de falha no atendimento	02
20	Deixar de cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas	01

Tabela 2: Aplicação de multas para serviços comuns ou aquisições:

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
01	0,1% por dia ou ocorrência, sobre o valor mensal do contrato
02	0,3% por dia ou ocorrência, sobre o valor mensal do contrato
03	0,6% por dia ou ocorrência, sobre o valor mensal do contrato
04	1,0% por dia ou ocorrência, sobre o valor mensal do contrato

18.5. A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE será aplicada nos casos estabelecidos no artigo 245 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da AFEAM – RILC AFEAM, disponível no seguinte endereço eletrônico: <<http://www.afeam.am.gov.br/>>, na forma estabelecida nos artigos 252 a 256.

19. GARANTIA

19.1. A fim de garantir a fiel observância dos serviços prestados e dos termos do contrato, a CONTRATADA deverá apresentar, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da assinatura do contrato, garantia correspondente a 3% (três por cento) do valor contratado, representada por caução em dinheiro, seguro-garantia ou fiança bancária.

19.2. No caso de garantia em dinheiro, a CONTRATADA deverá depositar o valor referente na seguinte conta da CONTRATANTE: banco: 237 (Bradesco); agência 3734 (Parque Dez); conta corrente nº: 5050-4, enviando o comprovante para o correio eletrônico: nf@afeam.org.br.



19.3. Na hipótese de renovação contratual, a garantia deverá ser atualizada e apresentada à CONTRATANTE, no mesmo prazo e percentual estabelecido no caput deste artigo.

19.4. A CONTRATANTE estará autorizada a proceder com a retenção preventiva da garantia contratual em função da execução do contrato, quando assim se fizer necessário, para evitar prejuízo decorrente do inadimplemento contratual da CONTRATADA.

19.5. Se a garantia for utilizada em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA se obrigará a fazer a respectiva reposição, no prazo máximo de 48h (quarenta e oito horas), a contar da data em que for notificada pela CONTRATANTE.

19.6. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

19.6.1. Prejuízo advindo do não cumprimento do contrato, parcial ou total, e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

19.6.2. Prejuízos causados à CONTRATANTE ou a terceiro decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato; e,

19.6.3. Sanções contratuais e legais de qualquer natureza, aplicadas pela CONTRATANTE à CONTRATADA.

19.7. A garantia prestada pela CONTRATADA será liberada ou restituída após a execução e expedição do termo de recebimento definitivo do objeto contratual e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente com base na variação do índice da caderneta de poupança.

19.8. A devolução da garantia do contrato será feita mediante a apresentação dos seguintes documentos:

19.8.1. Atesto do fiscal do contrato na última parcela referente ao serviço prestado ou objeto adquirido pela CONTRATANTE, sem que o mesmo tenha identificado qualquer obrigação pendente por parte da CONTRATADA; e,

19.8.2. Quando a resolução do contrato ocorrer sem que haja culpa da CONTRATADA.

19.9. O não cumprimento ou atraso injustificado da exigência prevista nos subitens 19.1 e 19.4 ensejará a aplicação de sanções administrativas constantes neste contrato e no RILC da AFEAM.

19.10. Poderá ser entendido como não cumprimento da exigência prevista no subitem 19.9, o atraso injustificado na apresentação de garantia que perdure até o limite da multa estabelecida no subitem 18.4 deste Termo de Referência.

20. APROVAÇÃO

20.1. A Equipe de Planejamento da Contratação declara que este Termo de Referência referente



ao DOD nº 85/2024 está de acordo com a Lei nº 13.303/2016, bem como com o RILC-AFEAM.

Manaus, 26 de dezembro de 2024.

Luana Coimbra da Rocha
Gerente – GECONT
Mat. 153

Fabian Rodrigues Costa
Coordenador – GECONT
Mat. 267

Márcia Campelo da Silva
Assessora – GEPEC
Mat. 596

Ívia Victória M. Lima de Mattos
Especialista de Fomento – GEPEC
Mat. 784

De acordo,

Manaus, de de 2024.

Aprovação da área Administrativa

JACQUES DOUGLAS MOTA GONÇALVES
Gerente da GERAD

Aprovo,

Manaus, de de 2024.

Autoridade Competente

MARCOS VINICIUS CARDOSO DE CASTRO
Diretor-Presidente

